

Avanço da mineração e a resistência camponesa em Canaã dos Carajás

*Advancement of mining and peasant resistance in
Canaã dos Carajás¹*

Thiago Martins da Cruz*¹

Palavras-chave:

Amazônia;
Mineração;
Campesinato;
Resistência camponesa;
Capital na Amazônia.

Resumo: Este artigo tem por objetivo investigar o processo de intensificação da mineração no sudeste paraense a partir da relação entre a presença da empresa mineradora Vale S.A., a consequente desestruturação da produção camponesa no município de Canaã dos Carajás, entre o período de 2004 e 2012 e as resistências desenvolvidas por essas famílias para se manterem na terra. O objeto proposto para análise se insere num contexto de conflitos sociais gerados por dinâmicas temporais distintas de apropriação de territórios, expropriação de populações locais e lutas de resistência. As mudanças sociais em curso no sudeste paraense tendem a pressionar os territórios de trabalhadores rurais, povos indígenas, comunidades quilombolas e outras populações tradicionais, bem como avolumar e precarizar os núcleos urbanos em formação. Esse processo poderá ser intensificado e acelerado nos próximos anos, o que propõe desafios para as Ciências Sociais e Humanas em analisar as contradições resultantes dessas mudanças em curso. Para realização dessa investigação utilizamos como estratégia metodológica a pesquisa bibliográfica e documental, observação direta e entrevistas semi-estruturadas.

Keywords:

Amazon;
Mining;
Peasantry;
Peasant resistance;
Capital in the Amazon.

Abstract: *The objective of this article is to investigate the process of intensification of mining in southeast of the state of Pará, based on the relationship between the presence of the mining company Vale SA, the consequent disruption of peasant production in the municipality of Canaã dos Carajás between 2004 and 2012 and Resistances developed by these families to stay on earth. The object proposed for analysis is inserted in a context of social conflicts generated by different temporal*

¹ Recebido em 31/05/2017. Aceito em 31/07/2017

*¹ Mestre pelo Programa de Pós-graduação Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: tmdacruz@yahoo.com.br

dynamics of territorial appropriation, expropriation of local populations and resistance struggles. The social changes taking place in southeastern Pará tend to pressure the territories of rural workers, indigenous peoples, quilombola communities and other traditional populations, as well as increasing and precarious urban centers in formation. This process can be intensified and accelerated in the coming years, which poses challenges for the Social and Human Sciences in analyzing the contradictions resulting from these ongoing changes. In order to carry out this research, we used as methodological strategy bibliographical and documentary research, direct observation and semi-structured interviews

Introdução

Nos propomos a investigar o processo de intensificação do capital na região sudeste paraense, sobretudo no município de Canaã dos Carajás, pelas ações, principalmente, da mineradora Vale S.A. Nos apreendemos em análises das consequências desse processo manifestas, entre outras, pela desestruturação da produção camponesa frente à expansão do capital nesse município no período de 2004 a 2012. Analisaremos também a resistência camponesa frente essa desestruturação da produção e de suas sociabilidades.

As relações entre o avanço do capital e o campesinato em Canaã do Carajás contém complexidades inseridas num contexto de conflitos gerados pela velha (disputas com fazendeiros latifundiários) e nova dinâmica de apropriação de territórios, expropriação das populações e lutas pela terra como forma de resistências. Uma nova dinâmica surge, notadamente, a partir da disputa entre os que habitam o solo e os que têm interesse no subsolo, em especial os minérios.

De modo geral esta região experimentou diversas frentes de expansão, como se convencionou chamar, que datam do início do século XX e se deram em períodos diferentes, ou concomitantes, na exploração de diamante, borracha, castanha, gado e minérios. Porém a movimentação na região se intensifica a partir da década de 1980 com a implantação do Programa Grande Carajás, hidrelétrica de Tucuruí e descoberta do garimpo de Serra Pelada (VELHO, 1981; PETIT, 2003).

Inserida nesse contexto a região sudeste paraense é muito conhecida internacionalmente pela violência contra os movimentos populares e trabalhadores rurais que disputam a posse da terra e a permanência nela. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT, entre 1964 e 2010 foram assassinadas 914 pessoas por questões relacionadas à terra no estado do Pará. 654 destes assassinatos foram no sul e sudeste do estado, o que corresponde a 71,55% dos assassinatos e, além disso, no ano de 2013, 46 pessoas ainda recebiam ameaças de morte no Pará. Apesar de toda repressão exercida por fazendeiros, com apoio do Estado, a região conta com o maior número de Projetos de Assentamentos de reforma agrária que somam mais de quinhentos.

Segundo ALMEIDA (2012), após o episódio conhecido como Massacre de Eldorado de Carajás, ocorrido em 1996, em que 19 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foram assassinados pela Polícia Militar do Pará, iniciou-se um processo de pressão nacional e internacional sobre o Estado brasileiro que teve como reação o reconhecimento de inúmeras áreas ocupadas por trabalhadores rurais transformando-as em projetos de assentamento-PA.

Canaã dos Carajás se insere nesse universo de conflitos gerados pela disputa do solo e subsolo. O município tem vivenciado transformações profundas tanto no campo, como na cidade, motivadas, principalmente, pelas ações da mineradora Vale na implantação de projetos de exploração mineral. Atualmente, os maiores investimentos da Mineradora têm sido direcionados para implantação do Projeto Ferro Carajás S11D.

Para investigarmos a relação entre a mineração e a produção camponesa frente à expansão do capital em Canaã dos Carajás utilizamos algumas técnicas metodológicas como o estudo bibliográfico e documental, observação direta e entrevistas semiestruturadas.

Estudos bibliográficos forneceram-nos elementos para a compreensão de como se deu a implantação do modelo de desenvolvimento vigente na Amazônia, que mudanças sociais provocaram de imediato e de que forma podemos observá-las na atualidade, dando atenção ao papel do Estado e a atual fase do imperialismo no mundo. Análises documentais a partir de publicações de organizações populares sobre a atuação das empresas de mineração no sudeste paraense, documentos oficiais dos governos e das empresas foram subsídios relevantes para a composição das pesquisas.

Realizamos entrevistas semiestruturadas com representantes de associações de pequenos produtores, representantes de órgãos públicos municipal e estadual para compreender as relações entre o avanço do capital e a produção camponesa no município de Canaã dos Carajás.

O surgimento município de Canaã dos Carajás e o avanço da mineração

A ocupação não indígena na região de Canaã dos Carajás inicia-se na década de 1970. Nessa época, famílias em busca de terras ali se instalaram e constituíram pequenas propriedades rurais dando origem, portanto, às chamadas vilas; uma delas foi a vila Mozartinópolis, mais conhecida como Racha Placa. Esse movimento foi seguido no fim da década pelas ações de madeireiras, simultaneamente à formação de médias e grandes fazendas. Essas duas atividades se combinavam: primeiro vinha a atividade madeireira retirando madeiras nobres, desmatando e abrindo estradas e, em seguida, a pecuária com as fazendas para criação de gado. Tais fazendas adotavam prioritariamente a pecuária de corte (EXPRESSÃO, 2013).

Na década de 1980 o governo criou o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins-GETAT, órgão subordinado à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional com a finalidade de coordenar, promover e executar as

medidas necessárias à regularização fundiária na área de atuação da Coordenadoria Especial do Araguaia Tocantins - CEAT (Decreto lei 1.799/80).

O GETAT com apoio da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD criou o Projeto de Assentamento (PA) Carajás I, II e III no ano de 1982 no qual pretendia assentar 1.551 famílias; originadas, principalmente, dos Estados do Goiás e Maranhão. As famílias eram recrutadas em cidades desses estados; trazidas de caminhão juntamente com seus pertences, eram alojadas em barracas e barracões cobertos de palhas ou lonas com pouca ou nenhuma proteção. Para obter maior controle dessa área, o GETAT criou três centros administrativos, denominados de Centros de Desenvolvimento Regional – CEDERE (CEDERE I, II e III), nos quais se formaram vilas com distância aproximada de 70 km uma da outra. O CEDERE II, em 1994, se tornaria a cidade hoje sede do município de Canaã dos Carajás (EXPRESSÃO, 2013; CENTRO DE EDUCAÇÃO, PESQUISA, ASSESSORIA SINDICAL E POPULAR, 2011).

Sobre esse êxodo para os projetos de colonização da Amazônia, HEBETTE (2004, p 46,47) afirma:

[...] São camponeses apegados à terra. É verdade que foi alta a desistência de colonos nos projetos de colonização, mas essa saída nem sempre significou abandono da lavoura; é inegável que bom número de migrantes deixou a terra para se dedicar a outras atividades; entretanto é grande, muito grande, o número dos que se mantiveram na terra. Não por comodismo, não por simples tradição ou porque foi fácil, mas por teimosia, por apego a seu trabalho e a sua liberdade. Adversas continuam sendo as condições de trabalho: os solos são pobres, as distâncias grandes e os caminhos precários; o transporte motorizado é escasso e caríssimo. As doenças são frequentes e variadas e faltam hospitais, postos de saúde e remédios. O crédito, quando existe, é traiçoeiro. Acima de tudo, os preços dos produtos da roça são irrisórios. O camponês, porém, teima em fincar o pé no seu lote[...]

O objetivo principal do PA Carajás - não explícito em documentos governamentais - era o de criar um cinturão de proteção à área de concessão minerária da CVRD de 411 mil hectares, hoje denominada Floresta Nacional de Carajás que se encontra atualmente sob o domínio da Vale contra possíveis ocupações de trabalhadores rurais. Outra função do assentamento era a de ser um polo agrícola para abastecer a região do Programa Grande Carajás que evidenciava aliviar as tensões por terra na região do Bico do Papagaio, sobretudo após o episódio da Guerrilha do Araguaia (EXPRESSÃO, 2013).

O município de Canaã dos Carajás tem seis vilas rurais. A empresa Vale em constante conflito com as comunidades locais realizou diversos estudos de viabilidade econômica para exploração mineral na área do município chegando a anunciar e implantar vários projetos. Conforme o quadro abaixo:

Quadro 1: Projeto de exploração mineral em Canaã dos Carajás

Projeto	Minério Explorado	Fase do Projeto
Projeto Sossego	Cobre	Operação
Projeto 118	Cobre	Paralisado
Projeto Níquel do Vermelho	Níquel	Paralisado
Projeto Ferro Carajás S11D	Ferro	Operação

Fonte: Organizado pelo autor

Os projetos parecem ser poucos, mas as áreas ocupadas pelo processo de extração e transformação mineral são estratosféricas. O Projeto Sossego cuja função é a extração de cobre foi responsável em colocar Canaã dos Carajás na posição de 4º maior exportador do Pará, estando apenas atrás de Parauapebas, Barcarena e Marabá no ano de 2012. O Cobre extraído da mina do Sossego é exportado para Alemanha, Bulgária, Índia e Espanha. Somente no ano de sua inauguração, em 2004, a mineração movimentou R\$ 381 milhões em operação com o minério de cobre. O município está entre os dez maiores arrecadadores de compensação financeira por exploração mineral (CFEM) no país. (EXPRESSÃO, 2013). Os projetos 118 e Níquel do Vermelho estão paralisados devido à prioridade que a mineradora deu à produção de ferro.

Uma publicação organizada pelo Centro de Educação, Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular - CEPASP, Comissão Pastoral da Terra - CPT e Movimento Debate e Ação revela a 'marca cruel' da mineração na região. A publicação intitulada de "Impactos da Mineração no Sudeste Paraense" reúne estudos sobre impactos da exploração mineral nos municípios de Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás. Segundo essa publicação todos os projetos de mineração implantados ou em fase de implantação (em obras ou em estudo) já produzem impactos negativos sobre as famílias de agricultores em Canaã dos Carajás. Referente ao projeto Sossego os impactos são alagamentos, danos causados por explosões na mina, isolamento de famílias em estradas vicinais desativadas, apropriação e opressão às famílias que permanecem e vivem sem autonomia em suas terras, poluições diversas e o claro aumento da criminalidade.

Encontra-se em fase de implantação, em Canaã dos Carajás, o Projeto Ferro Carajás S11D que prevê a extração inicial de 90 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. A licença de instalação nº 947/2013, concedida pelo IBAMA, saiu no dia 03 de julho de 2013.

O Projeto Ferro Carajás S11D ainda nem alcançou o pico do processo de estruturação e já é alvo de várias críticas. No Boletim Pyguara, assinado pelo Coletivo Amazônida de Formação e Ação Revolucionária, edição de julho de 2013, estão sistematizadas essas críticas, que são: o inchaço populacional acarretando aumento do custo de vida e da violência, precarização dos serviços públicos; aumento do desemprego após o fim das obras de implantação, que reduzirá de 30.000 para 2.600 os postos de trabalho; expulsão dos agricultores do campo provocando redução na produção de comida; impactos ambientais causados pela destruição de cavernas, assoreamento de lagoas e poluição das

águas; e por fim, a intensidade em que os jazidas são exploradas faz com que as minas se esgotem mais rapidamente.

Mineração e campesinato

Os projetos de mineração não são implantados em espaços inexplorados e sim em locais ocupados por fazendeiros, camponeses e indígenas. Nos deteremos aqui à problemática relacionada à produção camponesa. Para tanto, nos convém conceituar o que chamamos de camponês.

SHANIN (1980) chama atenção para a necessidade de conceituar o camponês de acordo com o seu momento histórico e sua estrutura societária. Conceituar a especificidade camponesa é admitir a complexidade e os graus de ambivalência que o conceito comporta.

Após os anos 1970, a tradição teórica se projeta em torno do debate sobre se o campesinato constituía-se enquanto uma classe e, caso fosse considerada uma classe, se se tratava de uma classe 'em si' ou 'para si'. Outro segmento sustentava a hipótese de que se tratava de uma categoria social de uma parte da sociedade com resistência à modernidade ou, em perspectiva contrária, possuía uma racionalidade econômica que repudiava as tecnologias não apropriadas. Ainda se especulava se, como classe, o campesinato pertencia a outro modo de produção, como o feudalismo, ou se por sua existência no capitalismo, era concebido como capitalista. E por fim, se esse grupo social constituía um modo de produção ou somente era uma sociedade parcial, com uma cultura parcial. Estas são as considerações de GUZMAN e MOLINA (2013, p. 76), que reconhecem o campesinato como:

Uma forma de manejar os recursos naturais vinculados aos agrossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim graus de 'camponesidade' (no original: grados de campesinidad).

Considerando os cuidados apontados tanto por SHANIN (1980) quanto por GUZMAN e MOLINA (2013) em relação à conceituação do campesinato, é possível apontar que as condições de produção camponesa "guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou recrutamento de mão de obra familiar" (GODDI; MENEZES; MARIN, 2009, p. 10).

GODDI, MENEZES e MARIN (2009) chamam atenção para a infinidade de arranjos e possibilidades vivenciadas, mesmo em grupos pequenos, que se demonstram no avançar de pesquisas e reconhecimento da organização política dos que objetivam a condição camponesa. Cada vez mais se consolida a importância e amplitude do número de agricultores, coletores, extrativistas, ribeirinhos e tantos outros. Considerando esse caráter heterogêneo, apresentam um mosaico do que consideram como condição camponesa:

A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das

florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeira de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pastos até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem da terra por cessão; quilombolas, e parcela dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos e reforma agrária (GODDI; MENEZES; MARIN, 2009, p. 11).

Capital vs. Camponeses: Concepções teóricas

MARX (2013), nos ajuda a compreender como esses conflitos no campo e a consequente expulsão das populações camponesas se constituem como fundamentais para o processo de acumulação em curso na região de Carajás, com a exploração da natureza e da força de trabalho, sobretudo na formação/manutenção de um exército industrial de reserva.

[...] se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado (MARX, 2013, p. 707).

Esse exército industrial de reserva, ou superpopulação relativa, é formado, na região, não só por populações expulsas do campo, mas também por moradores de outras regiões, principalmente do nordeste brasileiro, atraídas pelas propagandas de fartura de empregos. Podemos salientar que essas pessoas também já vêm de regiões tensionadas pela concentração da terra ou castigadas pelas grandes secas e falta de oportunidade de trabalho.

Para MARX (2013), o exército industrial de reserva tem ligação direta com o valor do salário, pois com o aumento da superpopulação há uma pressão sobre os trabalhadores empregados que se submetem ao sobretrabalho através das horas extras e a intensidade de trabalho porque estão permanentemente ameaçados de demissão. Marx (2013) define a superpopulação em três formas: a flutuante, a latente e a estagnada. A flutuante seria a superpopulação de trabalhadores que ora são repelidos, ora são atraídos para os centros das indústrias modernas (fábricas, minas, etc.). São proletarizados e por algum motivo não estão assumindo nenhum posto de trabalho formal. A superpopulação latente seria formada pelas camadas da população que ainda não foram proletarizadas, como os camponeses, produtores pequeno-burgueses, profissionais liberais, etc. Essa superpopulação em extrema necessidade seria empurrada para a proletarização. Aqui nos chama atenção para a situação dos camponeses:

Uma parte da população rural, se encontra, por isso, continuamente em vias de se transferir para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis à essa metamorfose[...] Essa fonte da superpopulação relativa flui, portanto, continuamente, mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe a existência, no próprio campo, de uma contínua superpopulação latente, cujo volume só se torna visível a partir do momento em que os canais de escoamento se abrem, excepcionalmente, em toda sua amplitude. O trabalhador rural é, por isso, reduzido ao salário mínimo e está sempre com um pé no lodaçal do pauperismo (MARX, 2013, p. 717-718).

A superpopulação estagnada seria formada pelas pessoas que vivem num estado de pauperismo, como o lumpemproletariado propriamente dito.

Diante deste quadro, HARVEY (2013) afirma:

A administração da oferta de trabalho se torna crucial, o interesse da classe capitalista é administrar a oferta de trabalho para criar e perpetuar um exército de reserva (numa combinação flutuante e latente) e assim manter salários baixos, ameaçar os empregados com demissões eminentes, dispersar a organização de trabalho e aumentar a intensidade de trabalho dos que continuam empregados (HARVEY, 2013, p 270).

Seguindo essa lógica de raciocínio da importância da superpopulação para a acumulação de capital, FONTES (2010, p. 14) elabora teoria sobre a contemporaneidade das expropriações, as quais qualificam como primárias e secundárias:

A expropriação primária, original, de grandes massas camponesas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários) permanece e se aprofunda, ao lado de expropriações secundárias, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo [...]

A autora afirma que analisando as expropriações isoladas não é possível compreender o capitalismo, mas desconsiderando-as ou tornando-as algo simplório não há como entender a dinâmica do capital. As expropriações nem sempre são construídas a favor do capital, podem decorrer de situações naturais, como cataclismos, ou de conflitos que não dizem respeito ao capitalismo, como os tribais. "Em alguns casos, as expropriações não se convertem em capital (isto é, na exploração do trabalho vivo dos expropriados pelos recursos sociais concentrado dos acachapadores), limitando-se a rapinas variadas" (FONTES, 2010, p. 44).

No caso de Canaã dos Carajás, as expropriações têm ocorrido com frequência na implantação dos projetos de mineração da empresa VALE S.A.

São camponeses expropriados de suas terras ou que as têm alagadas ou contaminadas por resíduos levados pelo vento devido às explosões nas minas de extração de minério, trepidação, poluição das águas e a atração de jovens camponeses expropriados para doar-se a exploração da sua força de trabalho pelas empresas mineradoras.

Capital vs. camponeses: o caso de Canaã dos Carajás

Nessa seção analisaremos a relação entre mineração e campesinato a partir de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE sobre a produção agrícola camponesa e de entrevistas realizadas nos meses de fevereiro, março e abril do ano de 2015 com representantes da Associação de Moradores da Vila Bom Jesus, Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila Ouro Verde - CEDERE III, Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila Feitosa, Secretaria de Produção e Desenvolvimento Rural - SEPROD do município de Canaã dos Carajás, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã dos Carajás.

Os dados foram coletados no site do IBGE sobre a produção agrícola das lavouras permanentes e temporárias entre os anos de 2004 e 2012. O site não disponibiliza os dados dos anos anteriores, o que seria necessário para analisarmos mais profundamente as informações sobre a relação entre a mineração e a produção agrícola camponesa, pois foi no ano de 2004 que se iniciou a operação do Projeto Sossego. Os impactos da implantação desse projeto sobre a produção agrícola não estão presentes neste recorte apresentado pelo IBGE. Mas as informações que temos são sintomáticas dessa relação entre mineração e campesinato.

O campesinato em Canaã dos Carajás é formado, principalmente, por goianos e maranhenses; na sua maioria trazida de seus estados de origem na década de 1980 para formar um cinturão de proteção em torno de 411.000 hectares de terras pretendidas pela mineradora na Serra dos Carajás (CEPASP, 2010), área que constituía o já citado Projeto de Assentamento Carajás I, II e III. Nesse período, apesar das dificuldades com a estrada, transporte e assistência técnica, as famílias de agricultores produziam quase tudo, conforme nos relata Augusto Carlos²:

Quando a gente vei pra cá, a gente vei pra... pra desbravar, né? Pra derrubar, formar. Nós trabaiô um período aqui foi um grande celeiro de produção mesmo, de feijão, milho, arroz e banana, era as cultura que mais tinha, muita gente tinha bananal, saía muitos caminhão de banana, só que a banana, aí foi aos pouco isso foi, foi mudando aquela cultura porque os bananal da beirada da estrada foi acabando e banana no fundo dos lote as pessoas num plantava porque era difícil acesso, o caminhão tinha que entrar, então continuou a questão da produção de milho, feijão, arroz mais pouco, mas o

² Augusto Carlos é camponês assentando no P.A. Carajás desde a década de 1980 e está ocupando o cargo de Secretário de Produção e Desenvolvimento Rural - SEPROD do município de Canaã dos Carajás.

campeão aqui mesmo era o feijão, nós produzia muito feijão.
(Augusto Carlos em entrevista concedida em 12 de fevereiro de 2015)

Além das relações de parentesco e compadrio, comuns em comunidades camponesas, em Canaã dos Carajás também havia uma relação de ajuda mútua que acontecia ou na forma de troca de dias de serviços ou quando algum problema de saúde impossibilitava o trabalho da família no lote.

Nos últimos anos da década de 1990 essa produção campesina começa a ser modificada com a introdução da criação de gado, mas sem deixar de lado a produção agrícola para consumo familiar e comercialização do excedente. Esse campesinato foi se aproximando cada vez mais da pecuária impactados pelas relações de mercado na região que se antecedeu à mineração com um papel significativo na renda das famílias e na economia do município.

A pecuária se mostrou mais vantajosa para o camponês em Canaã do Carajás, pois o trabalho na criação de gado é menos penoso que o da agricultura; os preços estabelecidos para produtos agrícolas são considerados muito baixos e os projetos para a produção bovina tinham maiores probabilidades de serem aprovados e financiados pelos bancos do que os projetos agrícolas.

A pressão exercida pelas fazendas vizinhas ao Assentamento Carajás II também incentivou a mudança na matriz produtiva desse campesinato. Essa pressão acontecia, principalmente, nos alugueis de pastos. Como alguns fazendeiros já não tinham espaço em suas fazendas a saída era alugar o pasto dos camponeses pagando uma remuneração mensal em dinheiro ou realizando a partilha de meia na qual o acerto se dava pela divisão dos animais que viessem a nascer após o acordo. A criação de gado se torna, dessa forma, a atividade predominante no município; tanto na produção de leite quanto da carne e aos poucos vai determinando os costumes, as vestimentas, a música e evidentemente as relações comerciais.

A chegada da mineração imprime outro ritmo para o município, sobretudo na implantação do Projeto Sossego, da mineradora Vale, no início dos anos 2000, embora a mineração já estivesse presente na região desde a década de 1970 com as pesquisas minerais. Na implantação do Projeto Sossego iniciam-se as transformações na vida dos camponeses, principalmente com as expropriações que impactavam tanto quem saía do lote como quem permanecia.

O deslocamento compulsório de camponeses para implantação do Projeto Sossego provocou uma dívida impagável de associações de trabalhadores rurais com os bancos, pois isso ocorreu no momento em que os camponeses haviam recebido empréstimos bancários via projetos avalizados pela associação e investido em seus lotes. A dívida não paga pelos trabalhadores que negociaram sua parte com a empresa implicou a inclusão do CNPJ da associação e do CPF dos associados na lista dos órgãos de proteção ao crédito.

Atualmente esses camponeses têm uma produção agropecuária diversificada com plantios e criação de pequenos, médios e grandes animais. O

Diagnóstico Rural Municipal (DRM) – 2013, elaborado pela Secretaria de Produção e Desenvolvimento Rural de Canaã dos Carajás aponta que a principal produção agropecuária camponesa é de criação de peixes, aves, porco, carneiro e gado; sendo o último considerado o mais importante, pois 98% das famílias entrevistadas possuem um pequeno rebanho, sobretudo para comercialização do leite. O relatório destaca a utilização de pouca tecnologia na criação do gado e a reprodução é realizada a partir da monta natural.

Apesar de toda importância que a criação de gado teve para a economia do município, poucos avanços ocorreram na utilização de outras tecnologias como a inseminação artificial e o melhoramento genético dos rebanhos. Por outro lado, a mineradora Vale no seu projeto que está em implantação, apresenta o Projeto Ferro Carajás S11D para extração de minério de ferro a utilização de tecnologia de ponta como é o caso do sistema truckless. A tecnologia consiste na utilização de correias transportadora ao invés dos caminhões fora de estrada e foram desenvolvidas por equipes de engenharia do Brasil, Canadá e Austrália com frequentes subsídios do Estado.

Assim, na mesma medida em que a VALE com apoio do Estado amplia a utilização de terras que poderiam produzir alimentos, o camponês, sem apoio, continua utilizando a mesma tecnologia de trinta anos atrás que consiste basicamente na sua força física e algumas ferramentas. A Prefeitura fornece algumas horas de máquina para preparar a terra para plantar, mas só atende a poucas famílias camponesas da imensa quantidade que demandam do serviço. Essa perspectiva nos indica a necessidade de, num outro momento, refletir sobre o papel da Ciência e da Tecnologia e as políticas de Estado que as implementam.

Dados do IBGE definem a produção camponesa para comercialização de banana e maracujá, como lavouras permanentes e abacaxi, arroz, mandioca, milho e melancia enquanto culturas temporárias. Os dados disponibilizados pelo IBGE são referentes a produtos destinados a comercialização, mas é comum o cultivo do pomar ao redor das residências dos camponeses, conhecidos como plantios de quintais, em que se pode encontrar laranja, limão, mamão, coco, goiaba, cacau, manga, cupuaçu, açaí, café, pimenta, hortaliças, plantas medicinais, entre outros.

O Diagnóstico Rural Municipal – 2013 nos fala um pouco mais desse campesinato e de suas dificuldades. Uma delas é a participação dos filhos adultos dos camponeses nas atividades de produção na terra: na média, apenas 15,19% dos filhos trabalham com os pais. E destes, 55,10% não tem interesse em continuar nessa atividade. As famílias têm em média de quatro a cinco filhos. O êxodo rural da juventude não só dificulta a reprodução destas famílias camponesas no município, como pode colocar em risco a reprodução camponesa como um todo.

Pesquisa realizada por Teixeira (2006), sobre a interferência da mineração industrial em projetos de assentamentos rurais de Parauapebas - PA, identificou que apenas 11,82% dos filhos de entrevistados viviam nos lotes. O pesquisador aponta esses dados como um indicador de alto grau de

instabilidade dos assentamentos já que em contato com o trabalho na cidade, alternativas de formação e sobrevivência demonstram incompatibilidade com a manutenção do direito na terra.

A mineração apresenta outra configuração no município, além da predominância na economia, também desarticula as relações de produção que ali existiam. Se a agricultura e a criação de gado eram determinantes nas relações entre as gerações camponesas, a mineração é que agora assume esse papel que vai desde a expropriação e proletarização da juventude camponesa até a dominação ideológica:

Hoje em dia pra gente tirar eles de lá, precisa apresentar muita coisa boa, pra poder ele vim. Isso aí num vem fácil hoje não, porque hoje em dia eles estão enxergando outra coisa, eles tão enxergando ser aí um funcionário da Vale, ser outra coisa hoje. A gente aqui já perdemos até o crédito de a gente dizer assim: "-rapaz, vamo fazer um curso pra tu ser aí um agrônomo, tu ser um veterinário". Num querem mais nem vê falar nisso aqui não! Tirou o povo desse foco, enquanto em outros estados o foco ainda é esse" (Chico do Campo³ em entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2015).

O trabalho na mineradora pode ser atrativo por parecer menos penoso, compensatório e mais seguro em relação à garantia do recebimento de remuneração em dinheiro de forma mensal. Mas a realidade apresentada pelos entrevistados revela uma situação que necessita uma investigação aprofundada sobre as denúncias aqui tratadas. Essas acusações versam sobre o adoecimento desses jovens camponeses que deixam o campo para trabalhar na mineração em consequência da intensa jornada de trabalho a que são submetidos e a mudança nos hábitos sociais.

Pixilinga⁴ ainda explica como se deu o processo de proletarização da prole camponesa e a forma autoritária com que foram implantados os projetos de mineração e o descaso com o campesinato no município.

Porque que eles estão lá na mineradora, porque que eles estão lá na terceirizada? É porque não teve um trabalho voltado pra agricultura, pra manter aquela cultura, pra manter o filho daquele produtor ali, na luta do dia a dia mais o pai, mais a família, num teve. Então, hoje, o que eles questionam é isso, que nós perdemos a nossa cultura, que a gente hoje aqui num produz mais, mas é porque não houve acompanhamento. Chegou a mineração aqui? Chegou. Então o quê que a gente vai fazer com os nossos agricultor hoje, pra que esse agricultor num vá ser um batedor de lavanca?. (Pixilinga em entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2015)

Se em Canaã do Carajás a prole camponesa demonstra pouco interesse em permanecer na terra, os pais, ao contrário, mostram o inverso, e 85,65%

³ Chico do Campo é camponês assentado no PA Carajás II desde a década de 1980 e está da direção da Associação de Moradores da Vila Bom Jesus.

⁴ Pixilinga é camponês assentado no PA Carajás II desde a década de 1980 e está na Presidência do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã do Carajás.

dos entrevistados no Diagnóstico Rural Municipal - 2013 afirmaram que não tinham interesse em sair da terra. O Diagnóstico revela que a população camponesa é de baixa escolaridade; 82,38% dos entrevistados declararam ser analfabetos ou ter o ensino fundamental incompleto.

As informações do IBGE sobre a lavoura em Canaã dos Carajás ilustram o processo de expropriação que o campesinato tem vivenciado no município, vejamos os dados da área plantada no período de 2004 a 2012.

Tabela 1: Área plantada no município de Canaã dos Carajás por hectare/ano

Tipo de lavoura	2004	2008	2012	
Permanente	565	520	710	Hectare
Temporária	2.890	1.437	1.941	Hectare

Fonte: dados IBGE, organizados pelo autor.

Os dados apontam para o aumento da área plantada de lavoura permanente, porém como veremos adiante há uma queda na diversidade das culturas. A lavoura temporária sofre uma queda de quase 1000 hectares plantados, entre 2004 e 2012, mas apresenta um aumento se comparado com 2008.

Essa queda na área plantada pode ser causada pelo avanço da pecuária, mas também para a aquisição de terras por parte da mineradora Vale.

Tabela 2: Lavoura Permanente no município de Canaã dos Carajás

	2004	2008	2012	
Banana	5000	5625	8750	Tonelada
Café	66	-	-	Tonelada
Coco da baía	1500	750	-	Mil frutos
Pimenta do reino	25	16	-	Tonelada
Maracujá	-	-	100	Tonelada

Fonte: dados IBGE, organizados pelo autor

Os dados apresentam um crescimento da produção de banana em mais de 50%, mas em contrapartida deixa de produzir o café, coco da baía e pimenta do reino. O que mais chama atenção é a plantação de coco da baía que reduz drasticamente pela metade e depois desaparece. O maracujá é introduzido na produção a partir de 2012.

As lavouras temporárias são aquelas que têm curta duração e que necessitam ser plantadas após cada safra, como é o caso do arroz, feijão, mandioca, milho etc.

Tabela 3: Lavoura Temporária no município de Canaã dos Carajás

	2004	2012	
Abacaxi	204	245	Tonelada
Arroz	1.035	168	Tonelada
Feijão	42	-	Tonelada
Mandioca	5.400	2.700	Tonelada
Milho	6.673	3.400	Tonelada
Melancia	-	375	Tonelada

Dados IBGE, organizado pelo autor

Os alimentos que fazem parte da dieta alimentar tanto dos camponeses, quanto da população do sudeste paraense estão deixando de ser produzidos em Canaã dos Carajás, como é o caso do arroz, feijão, mandioca e o milho. Todos esses alimentos apresentaram queda significativa na produção; o feijão, por exemplo, chegou a desaparecer dos dados de 2012. O arroz teve uma queda de 1.035 toneladas em 2004 para 168 toneladas em 2012. Esse quadro aponta para a possibilidade de que os alimentos básicos da dieta não mais sejam produzidos no município. A consequência dessas intervenções sobre a produção camponesa é a aquisição de alimentos produzidos em outros municípios e o que é gerado na cidade é beneficiado fora, como é o caso do leite que vai para os grandes laticínios.

Canaã dos Carajás demonstra com clareza os problemas da política nacional de reforma agrária. Há ausência de órgãos que deveriam prestar assistência técnica, assistência à saúde e educação, bem como persiste a falta de investimentos em tecnologia e carência de financiamento para a produção. Enquanto isso os instrumentos utilizados tanto na agricultura, quanto na pecuária camponesa são similares aos de três décadas atrás. Na agricultura o trabalho é realizado com algumas ferramentas e força braçal dos camponeses. Na pecuária não há investimentos em melhoramento genético apesar de a região ter diversas experiências bem-sucedidas em grandes fazendas. A reprodução animal ainda é feita a partir da monta natural. A contradição fica evidente quando se compara as tecnologias utilizadas pela mineradora Vale com as ferramentas utilizadas pelos camponeses.

As expropriações feitas pela mineradora Vale associadas à falta de investimentos em reforma agrária provocaram queda na produção agrícola camponesa, o que já provoca a queda na produção local de determinados bens alimentícios, alimentos que fazem parte da dieta alimentar das populações da região de Carajás, como é o caso do feijão, arroz e mandioca. A compra desses alimentos produzidos em outros locais encarece o custo de vida no município.

Em determinados momentos a elevação do preço das terras provocado pela própria Vale ou por algumas melhorias na infraestrutura de transporte durante a implantação de projetos de mineração, aliados aos impactos acima citados, também tem se constituído como uma das faces das expropriações em Canaã dos Carajás. Se transformando no fenômeno que tem se chamado de "chacreamento", que é a venda a terceiros de pequenas parcelas da terra para formação de chácaras para atividades de lazer e especulação.

Apesar de permanente ameaça de transferência para a cidade, da proletarização camponesa, de deslocamentos compulsórios, ausência de incentivos, queda na produção, desarticulação das organizações, "chacreamento" e outras interferências nos seus territórios, o campesinato em Canaã resiste; insiste em produzir, se organizar, reivindicar e propor políticas para as famílias camponesas. Consegue articular suas pautas e cobrar a quem de direito, seja a mineradora Vale, governo municipal, estadual ou federal.

Resistência Camponesa

O cenário no município de Canaã dos Carajás não se apresenta favorável para o campesinato devido a diversos problemas encontrados; além da redução permanente do número de famílias existe também a drástica redução do território. A lógica do capital imposta através da mineração é que tem prevalecido. Contudo o campesinato tem mostrado resistência de diferentes formas à lógica imposta pela mineradora Vale através de ações individuais, coletivas e pelas organizações populares. Traçaremos aqui alguns exemplos dessa resistência.

Resistências individuais

Muitas famílias que têm como prioridade permanecer na terra, além de persistir nos lotes tentando manter suas criações, plantações e outras produções, têm reagido com outras iniciativas que vão contra a lógica imposta pela empresa mineradora. Um exemplo é o da família chefiada por Raimundo Mendes, o Sr. Piranha, como é popularmente conhecido, que em 2012, cansada dos constantes assédios por parte da mineradora Vale para comprar sua terra, reagiu fixando em frente sua propriedade uma faixa com os seguintes dizeres: 'Esta terra não é para vender'.

Figura 1: Faixa fixada por família camponesa contra assedio da Vale



Foto: Thiago Cruz

Segundo o Sr. Piranha, ele já havia, incansavelmente, repetido essa frase para os funcionários da mineradora, mas não foi o suficiente para que cessassem com as propostas. Após a fixação da faixa, repetiram as visitas corriqueiras.

'Num sei quantas vezes foi. Primeiro mediram. Depois que mediram, chegava os caba naquele golzinho branco, perguntava pelo Sr. Raimundo, e dizia: - *vim aqui comprar sua terra*. E eu dizia que num tinha terra pra vender não, eu tinha terra pra morar, aqui é o meu sossego, pra mim ficar o resto da vida aqui(...). Depois nós

coloquemos aquela placa aqui, quando a placa tava ali, ele cansou de parar ali e filmava, tirava foto.(...) Aí depois que eu coloquei a placa eles num vieram mais não, num mexeram mais comigo não.(Sr. Piranha, entrevista realizada em 14 de abril de 2015)

Sr. Piranha relata também sobre as inúmeras vezes que impediu o trânsito de veículos da empresa Vale ou a serviço desta na vicinal que mora. Seu propósito era reclamar da poeira ou excesso de velocidade que entendia como desaforo ou agressão aos seus direitos e quem sabe para forçá-los a desistirem da localidade. E fala sobre a possibilidade de deixar o lote:

E pra mim sair daqui? só se chegar aqui e tocar fogo, aí eu posso sair, mas ao contrário disso aí, eu num saíu fácil não. Por isso aqui eu brigo até muitas horas, enquanto Deus me der saúde e vida eu defendo o meu pedacinho de terra. É pequeno, mas é bom, tô sossegado.(Sr. Piranha entrevista realizada em 14 de abril de 2015)

Resistências Coletivas

Outro exemplo da resistência camponesa em Canaã dos Carajás é o caso emblemático da Vila Mozartinópolis, popularmente conhecida como vila Racha Placa. A vila Mozartinópolis foi criada no início da década de 1980 por posseiros que chegaram para aquela região em busca de terras. A vila fica próxima ao limite da Floresta Nacional de Carajás.

Devido às reivindicações dos moradores da vila junto aos órgãos públicos foram implantadas diversas infraestruturas. A Vila chegou a contar com uma escola em que funcionava o ensino fundamental e o médio, um posto de saúde, um posto da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ, energia elétrica, e água encanada para todas as 120 residências, proveniente da serra Sul por declividade.

Desde o ano de 2008, quando a Vale iniciou seus estudos para implantação do Projeto Ferro Carajás S11D, as famílias da vila passaram a ser ameaçadas de remoção pela empresa. A Vale enviou para a vila uma empresa contratada, a Diagonal Urbana, para fazer o cadastro das famílias para fins de desapropriação porque por ali passaria o ramal ferroviário que teria início na Estrada de Ferro Carajás e o final na periferia ferroviária do Projeto Ferro Carajás S11D.

As famílias foram informadas de que a partir do momento em que fossem feitos os seus cadastros as mesmas não poderiam mais efetuar qualquer serviço de ampliação e melhoria de suas propriedades, pois em pouco tempo a Vale iria indenizar a todos porque iria precisar da área da vila.

Foram dois anos de muitas visitas da Vale e da Diagonal na vila para efetuar e atualizar cadastros, mas nenhuma negociação; apenas ameaças e desestruturação das pessoas que passaram a viver sob o medo e incertezas.

A partir do ano de 2010, a empresa começou a comprar propriedades de fazendeiros no entorno da vila, com a seguinte condição: caso a pessoa tivesse casa na vila, deveria incluí-la na negociação e ser imediatamente destruída logo que concluído o acordo. Foi o suficiente para início da desestruturação da vila.

Muitas famílias que viviam de trabalhar nas áreas dos fazendeiros ficaram sem trabalho e sem renda, com isto o comércio local também foi desmontado, assim como as linhas de ônibus para a sede do município de Canaã dos Carajás e para o município vizinho, Xinguara.

A vila ficou sem serviço de saúde, sem o posto da ADEPARÁ, sem o ensino médio, sem as casas comerciais, por terem entrado em falência, com a precária linha de ônibus.

Reis (2014) descreve o processo de resistência desencadeado pelas famílias que ficaram na Vila. Essa resistência inicia com reuniões entre moradores, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR de Canaã dos Carajás, Comissão Pastoral da Terra - CPT e Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - CEPASP. A partir daí são organizadas as pautas de reivindicação e articulação com outras vilas no município que também são atingidas pela mineradora Vale. Uma comissão de representantes das famílias também participa de encontros de atingidos pela mineração que envolve os estados do Pará e Maranhão. Denúncias a nível nacional, ações diretas com interdição por três vezes de estrada usada pela empresa e uma marcha pelas ruas da sede do município foram utilizadas como estratégias de resistência.

Figura 2: Manifestação das Famílias da Vila Mozartínópolis impedindo o acesso às obras do Projeto Ferro Carajás S11D



Foto: Arquivo CEPASP

O processo de resistência desencadeado pelas famílias da Vila Mozartínópolis possibilitou assegurar, entre outras coisas, um acordo para assentamento de 50 famílias que viviam do trabalho diretamente na terra e que tinham interesse em adquirir uma terra para dar continuidade em suas vidas no campo, o pagamento em forma de indenização para as famílias que não quisessem ficar na terra e inclusão de várias de famílias que a Mineradora teria

desconsiderado nas negociações. Quase todos os acordos firmados com a Vale foram concluídos através da compra de uma área para as 50 famílias. Junto com o INCRA está sendo criado um projeto de assentamento que dá direito a 25 hectares por família, todo cercado com arame, com estradas internas, energia elétrica, instalação hidráulica e poço para captação de água, escola e posto de saúde em uma vila que fica a 2 Km do assentamento. O próximo passo é assinar um convênio com a empresa para garantir assistência técnica e condições para desenvolver a produção.

A resistência camponesa em Canaã dos Carajás tem se concretizado através de articulação entre camponeses atingidos organizados, principalmente no STTR de Canaã dos Carajás, com outras organizações e redes de populações atingidas pela mineração em contexto regional, nacional e internacional.

Outras perspectivas de resistências surgem em Canaã dos Carajás desde junho de 2015 e se somam às experiências existentes. São os acampamentos rurais em áreas concentradas pela mineradora Vale, principalmente em áreas que as organizações denunciam serem terras públicas que teriam sido adquiridas ilegalmente pela mineradora.

Considerações

Investigar os impactos da mineração sobre a produção agrícola e a resistência camponesa em Canaã dos Carajás é dar largos passos para o entendimento desse novo período na história da Amazônia. O objeto pesquisado representa apenas um minúsculo espaço desse universo, mas as práticas adotadas no município têm se reproduzido, com outras roupagens e contextos, em outras partes da Amazônia, no Brasil como um todo, da América Latina, da África e da Ásia, regiões que se eternizam como produtoras de commodities

O Capital se reproduz e renova suas práticas de espoliação incessantemente, em busca da acumulação econômica a partir dos lucros gerados pelo uso intensivo dos recursos naturais, da força de trabalho e da expropriação, proporcionando enormes prejuízos para as populações. Para isso, conta com a eficácia do Estado que disponibiliza seu aparato político, jurídico e militar, como indutor e protetor da acumulação. O papel assumido pelo Estado tem sido fundamental para atendimento das necessidades de expansão da acumulação capitalista na Amazônia, com ênfase para o período do governo da ditadura civil-militar (1964-1985), seguido de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e os treze anos do governo do PT (2003-2015). Tiveram prioridades a implantação de infraestruturas (rodovias, ferrovias, hidrelétricas, portos e aeroportos), pesquisas minerais, projetos agroindustriais, com financiamentos e incentivos fiscais em abundância. Em dados momentos, o Estado assume a realização das atividades, em outros ganham ênfase as privatizações e em outros são priorizadas as parcerias público-privadas, uma forma de transformar o que é público em posse privada.

No sudeste do Pará, o Estado intervém para favorecer a expansão da acumulação capitalista a partir da exploração mineral. Considerando a grande importância da província mineral de Carajás, o Estado se manifesta com a

construção de rodovias, ferrovias, hidrelétricas e programa de suporte financeiro, político e jurídico ao Programa Grande Carajás. Na atualidade, o Estado mantém garantido o financiamento, principalmente por meio do BNDES, com projetos de construção de infraestrutura para geração de energia, como o caso das hidrelétricas de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará, e Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia. A infraestrutura de transporte e comunicação também continua na agenda estatal.

A expansão do capital tem se dirigido, para além dos territórios indígenas e camponeses, aos espaços protegidos pela legislação ambiental e de defesa do patrimônio histórico, com grande prejuízo para a humanidade, como é o caso de avanço sobre as cavernas de relevância máxima, lagoas e vegetação endêmica. Esse avanço tem sido possível através de constantes intervenções do setor privado para modificações na legislação, no sentido de liberar áreas para exploração mineral. A título de exemplo, podemos citar as modificações da legislação de proteção às cavernas que possibilitou aprovação da Licença de Implantação do Projeto Ferro Carajás S11D.

A prioridade dada aos produtos transformados em commodities, sobretudo o minério de ferro, é notória nos últimos governos, fortalecendo a economia nacional pela exportação de produtos minerais. Em 2014, a exportação de minério de ferro ocupa o segundo lugar nas exportações brasileiras, perdendo apenas para a exportação de soja. O minério de ferro de Carajás representou, segundo o IBRAM, 29% das exportações do minério de ferro do Brasil em 2014. A tendência tem sido cada vez mais a reprimarização da economia. No entanto, esse grande fluxo econômico, traduzido pelo incessante aumento do Produto Interno Bruto - PIB, não resulta em melhoria de vida para as populações impactadas.

Enquanto a prioridade são as commodities, o Estado tem demonstrado pouco interesse em resolver os problemas causados a partir da produção dessas mercadorias, como é o caso dos impactos causados em Canaã dos Carajás. Os órgãos estatais que além de terem seus poderes e atribuições reduzidos, ainda se ausentam em discutir os problemas gerados pela exploração mineral em suas jurisdições. A título de exemplo, citamos o INCRA, que não tem se manifestado em relação à comercialização de terras destinadas à reforma agrária no município.

O futuro do campesinato em Canaã dos Carajás ainda é incerto, assim como o da mineradora Vale. Se o futuro dos camponeses está, em parte, diretamente relacionado à intervenção da empresa, por outro lado, o futuro da empresa está relacionado ao mercado no qual o preço do ferro vem sofrendo constantes baixas. As diversas facetas das expropriações no município têm reduzido o território camponês, o que faz com que algumas lideranças arrisquem o palpite de que o futuro do campesinato no município será desaparecer. Porém, gostaríamos de propor duas reflexões que se diferenciam dessa hipótese e que apontam possibilidades para o campesinato no município.

A primeira é que no sudeste paraense, mesmo com a opressão e violência contra os camponeses e a inexistência de políticas de reforma agrária, o

campesinato tem encontrado alternativas de sobrevivência e continua crescendo. Novos acampamentos têm surgido e se mantido durante anos até o processo de consolidação em projetos de assentamento. Esses assentamentos são constituídos por migrantes ou descendentes de migrantes expropriados de outras regiões do país e atraídos para o sudeste paraense em busca de melhores condições de vida e acabam se somando aos pobres das cidades, que encontram como alternativa a terra que, na luta, é ocupada por esses trabalhadores.

A segunda, que é decorrente da primeira, é que Canaã dos Carajás é um universo pequeno se comparado com o sudeste paraense e com a Amazônia. Porém tem atraído muitos migrantes expropriados em busca de melhores condições de vida e que acabam parando na periferia da cidade. As terras estão sendo concentradas, principalmente pela mineradora Vale. O que garante que essa leva de migrantes expropriados somados aos expropriados do município não se organizem e retomem as terras concentradas? Sinais dessa reviravolta já surgem no horizonte: em Canaã já existem seis acampamentos de movimentos camponeses sem terra.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Rogério Almeida. 2012. *Territorialização do campesinato no Sudeste Paraense*. Belém: NAEA.
- CENTRO DE EDUCAÇÃO, PESQUISA, ASSESSORIA SINDICAL E POPULAR. 2010. *Impactos da Mineração no Sudeste Paraense*. Marabá-PA.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. 2014. *Conflitos no Campo - Brasil 2013*. Goiânia.
- CRUZ NETO, Raimundo Gomes. 2010. *A mineração no Sudeste Paraense*. Marabá.
- EXPRESSÃO. 2013. Edição Especial - *Cidades do Sul do Pará*, ano 09, edição 16, julho/agosto.
- FONTES, Virgínia. 2010. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. 2 ed. Rio de Janeiro: EPSLV/Editora UFRJ.
- GERARDI, Lucia H.O. & SALAMONI, Giancarla. 2014. *Para entender o campesinato: A contribuição de A. V. Chayanov*. In: CARVALHO, Horacio M.(org) Chayanov e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular.
- GODOI, E. P. & MENEZES, M. A. & MARIN, R. A.(Orgs) 2009. *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias*. Vol II. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.
- GUZMAN, Eduardo S. & MOLINA, Manuel G. 2013. *Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato*. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular.

- HARVEY, David. 2012. *O Novo Imperialismo*. 6º ed. Editora Loyola, São Paulo-SP.
- HÉBETTE, Jean. 2004. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*, Vol. 3. Belém, Ed. Universitária UFPA.
- MARX, Karl. 2013. *O Capital: Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção de capital*. São Paulo: Boitempo.
- PETIT, Pere. 2003. *Chão de Promessas: Elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu.
- PICOLI, Fiorelo. 2006. *O capital e devastação da Amazônia*. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Prefeitura de Canaã dos Carajás. 2003. *Diagnóstico Rural Municipal 2013*. Canaã dos Carajás.
- Proposta para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar no município de Canaã dos Carajás*. 2015. Canaã dos Carajás.
- REIS, Iara. 2014. *O avanço da mineração na Amazônia e a resistência dos moradores da vila Racha Placa no município de Canaã dos Carajás: uma análise a luz do processo de acumulação do capital*. TCC. Marabá: UFPA.
- SHANIN, T. A. 1980. *A definição de camponês – conceituações*. Estudos Cebrap. Petrópolis: Vozes.
- TEIXEIRA, Sheila do Socorro Lima. 2006. *A interferência da mineração industrial na estabilidade de assentamentos rurais: o caso de Parauapebas*. Dissertação de Mestrado. UFPA. Belém.
- VELHO, Otávio Guilherme. 1981. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Página web consultadas:

Departamento Nacional de Pesquisa Mineral - <http://www.dnpm.gov.br/>

IBGE Cidades - <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>

Vale S/A - <http://www.vale.com/brasil/PT/Paginas/default.aspx>